

CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO PROJETO ESCOLA CIDADÃ

Submetido em: 6/2/2024

Aceito em: 25/6/2024

Publicado em: 15/8/2024

Dilva Bertoldi Benvenuti¹

Fernanda dos Santos Paulo²

PRE-PROOF

(as accepted)

Esta é uma versão preliminar e não editada de um manuscrito que foi aceito para publicação na Revista Contexto & Educação. Como um serviço aos nossos leitores, estamos disponibilizando esta versão inicial do manuscrito, conforme aceita. O manuscrito ainda passará por revisão, formatação e aprovação pelos autores antes de ser publicado em sua forma final.

<https://doi.org/10.21527/2179-1309.2024.121.15618>

RESUMO: Este artigo explora a Escola Cidadã de Porto Alegre, um projeto educacional progressista implementado nos anos 90 como resposta às políticas neoliberais. O objetivo geral é analisar os conceitos de currículo e avaliação da aprendizagem sob a perspectiva de Paulo Freire, focando na transformação social e democratização do ensino. A metodologia envolve uma revisão documental e bibliográfica, destacando a participação comunitária e a gestão democrática como pilares do projeto. Os resultados indicam que o currículo da Escola Cidadã é dinâmico, integrando saberes culturais e locais, e a avaliação é processual e contínua, focada no desenvolvimento do aluno. As reflexões apontam para o impacto transformador de um modelo educacional que promove cidadania ativa e formação crítica.

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc. São Miguel do Oeste/SC, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-1252-0287>

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS. Alvorada/RS, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-8022-9379>

Em conclusão, apesar dos desafios estruturais e políticos, a Escola Cidadã oferece uma referência viável para uma educação inclusiva e transformadora, reafirmando a educação como um campo de resistência e emancipação social.

Palavras-chave: Educação Progressista; Participação Comunitária; Avaliação Emancipatória; Currículo social.

CURRICULUM AND LEARNING ASSESSMENT IN THE CITIZEN SCHOOL PROJECT

ABSTRACT: This article explores the Citizen School of Porto Alegre, a progressive educational project implemented in the 90s as a response to neoliberal policies. The overall objective is to analyze the concepts of curriculum and learning assessment from the perspective of Paulo Freire, focusing on social transformation and the democratization of education. The methodology involves a documentary and bibliographic review, highlighting community participation and democratic management as pillars of the project. The results indicate that the curriculum of the Citizen School is dynamic, integrating cultural and local knowledge, and the assessment is procedural and continuous, focused on student development. The reflections point to transformative impact of an educational model that promotes active citizenship and critical formation. In conclusion, despite structural and political challenges, the Citizen School offers a viable reference for inclusive and transformative education, reaffirming education as a field of resistance and social emancipation.

Keywords: Progressive Education; Community Participation; Emancipatory Assessment; Social Curriculum;

INTRODUÇÃO

A hegemonia neoliberal dos anos noventa, a tribulação do contexto nacional e internacional não impediram o desenvolvimento de alternativas democráticas de experiências de exercício da democracia participativa, como o processo vivenciado pela Administração Popular em Porto Alegre.

O presente artigo embasa-se na experiência da Escola Cidadã de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O projeto Escola Cidadã, parte da iniciativa de democratização em Porto Alegre nos anos 1990, representou uma experiência política contra-hegemônica em resposta às políticas neoliberais. Este projeto visou radicalizar a democracia por meio da participação popular, focando na desprivatização do estado e na criação de espaços públicos para a participação e controle social nas políticas públicas. A democratização na educação, alinhada com a gestão democrática da cidade, foi estruturada em três dimensões principais: democratização da gestão, acesso à educação e democratização do conhecimento, enfatizando o direito à aprendizagem para todos. (AZEVEDO, 2004; 2007).

O Orçamento Participativo (OP) foi o principal instrumento desse processo de democratização em Porto Alegre, baseando-se em três princípios fundamentais e um conjunto de instruções destinadas a garantir a participação cidadã no processo decisório do governo municipal. Esta abordagem representou uma inovação significativa na administração pública e na gestão educacional, colocando a cidadania ativa no centro das decisões políticas e educacionais. (AZEVEDO, 2007).

Na busca pela transformação da escola, houve vários encontros formativos em torno da questão: que escola temos e qual queremos? Diante desta prerrogativa problematizadora, temas como currículo, avaliação e gestão estiveram presentes e fizeram parte da construção e implementação do projeto Escola Cidadã.

A concepção de currículo apresentada na Escola Cidadã aborda a educação escolar como um fenômeno histórico, influenciado por forças sociais, políticas e pedagógicas. O currículo é entendido como um processo dinâmico e flexível, fortemente ligado à construção de sujeitos sociais e à organização de saberes. Ele é considerado uma prática que envolve não apenas o ensino de conteúdos, mas também o desenvolvimento de uma visão crítica e transformadora da realidade. Os principais pontos abordados são: 1) Currículo como ação e trajetória coletiva; 2) currículo é influenciado por diversas forças e está sempre aberto a mudanças e adaptações, refletindo as necessidades da sociedade e da comunidade escolar. 3) O currículo deve expressar uma proposta político-pedagógica clara, revelando o compromisso social da educação; 4) A proposta curricular enfatiza a interconexão entre diferentes áreas de conhecimento e sua relação com a sociedade mais ampla; 5) O currículo deve ter um caráter progressista, visando transformar a realidade social e formar sujeitos

críticos e conscientes; 6) A avaliação é vista como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, servindo para redirecionar e melhorar continuamente a prática educativa; 7) Sugere-se a organização do currículo em torno de complexos temáticos (PISTRAK, 2000) que integram diversas áreas de conhecimento, proporcionando uma abordagem mais holística e interdisciplinar da educação; 8) O envolvimento ativo de todos os segmentos da comunidade escolar (educandos, educadores, pais e funcionários) é fundamental para o sucesso do processo curricular; 9) Propõe-se a estruturação do ensino em ciclos de formação (CAPRILES, 1989) , adaptando o currículo às diferentes fases de desenvolvimento dos estudantes; e, 10) O currículo deve estar fortemente conectado com a realidade social dos alunos, abordando temas relevantes e promovendo uma educação significativa e contextualizada. (SMED, 1998). A escola cidadã é considerada de base freiriana segundo o “Caderno Pedagógico 9” da Prefeitura de Porto Alegre porque suas propostas educacionais e princípios pedagógicos refletem diretamente os ideais de Paulo Freire, a saber: 1) Concepção dialógica e crítica da educação; 2) Currículo contextualizado e emancipatório; 3) Avaliação formativa e emancipatória; 4) Gestão democrática e coletiva; e, 5) Escola integrada a Realidade Social. A Escola Cidadã incorpora princípios fundamentais da pedagogia de Paulo Freire, como o diálogo, a emancipação, a contextualização do currículo, a avaliação formativa, e a gestão democrática. Esses princípios reforçam a concepção de Educação Popular além de garantir a aprendizagem promove a transformação social e o desenvolvimento integral dos estudantes, alinhando-se com a filosofia freiriana de uma educação libertadora. (SMED, 1994).

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é apresentar os conceitos de currículo e avaliação da aprendizagem na Escola Cidadã de Porto Alegre, com um enfoque específico na perspectiva freiriana. Através de uma revisão documental e bibliográfica, o artigo busca entender como os princípios de Paulo Freire influenciaram a formulação e implementação do currículo e dos métodos de avaliação da aprendizagem neste contexto educacional específico.

A revisão documental e bibliográfica deste artigo foi realizada com base em fontes diversificadas que abrangem desde registros institucionais até publicações acadêmicas. O período de revisão incluiu os anos 1990, focando no desenvolvimento e implementação do Projeto Escola Cidadã em Porto Alegre, até publicações recentes que analisam os impactos e as transformações ocorridas ao longo do tempo. As fontes consultadas incluíram documentos

oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, especialmente os Cadernos Pedagógicos que detalham a proposta político-pedagógica da Escola Cidadã. Além disso, foram utilizadas obras de referência de autores como Paulo Freire e José Clovis de Azevedo, cujos trabalhos forneceram uma base teórica robusta sobre a democratização da educação e a gestão participativa. Estudos socioantropológicos e artigos de periódicos especializados, através do Google Acadêmico, complementaram a revisão, oferecendo reflexões sobre a aplicação prática dos princípios da Educação Popular e a resposta crítica às políticas neoliberais de educação.

2. PROJETO ESCOLA CIDADÃ

O artigo explora a experiência da Escola Cidadã de Porto Alegre, parte do projeto de democratização da cidade nos anos 1990, que respondeu às políticas neoliberais com um enfoque contra-hegemônico. Este projeto enfatizou a democratização através da participação popular, do estado de direito, e criação de espaços públicos para o envolvimento e controle social nas políticas públicas. A educação, alinhada com a gestão democrática da cidade, foi estruturada em três dimensões principais: gestão, acesso e democratização do conhecimento. O projeto da Escola Cidadã, construído coletivamente no Primeiro Congresso da Rede Municipal de Porto Alegre, foi influenciado pelo OP, com ênfase na participação da comunidade escolar e na gestão financeira participativa das escolas. (SMED, 1994; AZEVEDO, 2020).

A Escola Cidadã adotou uma abordagem inovadora para estruturar seu currículo, baseando-se nas experiências vividas pelas comunidades e na destruição dos "muros culturais" que separam escola e comunidade. Esta abordagem foi fundamentada na epistemologia de Paulo Freire e Antonio Gramsci, reconhecendo a importância do senso comum e do conhecimento experiencial (AZEVEDO, 2020). Destacamos princípios e práticas que exemplificam no contexto da educação pública de Porto Alegre essa abordagem:

Quadro 1- Epistemologia de Paulo Freire e Antonio Gramsci no contexto da educação pública de Porto Alegre

Paulo Freire e Antonio Gramsci	Fontes: (SMED, 1994; AZEVEDO, 2020)
Princípios e Práticas	A Escola Cidadã enfatiza a necessidade de um currículo que emerge das experiências das comunidades, seguindo a pedagogia freiriana de “temas geradores”. Esta prática envolve a comunidade escolar na construção do currículo, possibilitando a integração dos saberes locais e cotidianos com o conhecimento acadêmico. A investigação socioantropológica realizada nas comunidades escolares de Porto Alegre, que envolve professores, alunos, pais e mães, reflete a abordagem de Freire de partir do “saber da experiência feita” para estruturar o currículo escolar. Isso é exemplificado na metodologia que organiza atividades escolares com base nos dados coletados sobre o cotidiano e as aspirações da comunidade (investigação socioantropológica).
Intelectual orgânico e hegemonia cultural	A “Escola Cidadã” visa desprivatizar o Estado e democratizar a gestão escolar, promovendo a participação ativa da comunidade na formulação e controle das políticas educacionais. A implementação do Orçamento Participativo nas escolas, permitindo que a comunidade escolar participe ativamente na decisão sobre recursos e investimentos educacionais, exemplifica a prática gramsciana de construir uma contra-hegemonia através da participação democrática e do controle popular das instituições.
Relação entre Senso Comum e Conhecimento Científico	A organização do currículo a partir de complexos temáticos, revelados pela investigação socioantropológica e significativos para a comunidade, busca conectar o senso comum ao conhecimento científico. A prática de basear o currículo em questões significativas para a comunidade e integrá-lo com fundamentos teóricos e técnicos pedagógicos reflete a concepção gramsciana de que todos os indivíduos são filósofos e que o senso comum pode ser uma base para o conhecimento científico
Contraponto à Mercoescola	"Escola Cidadã" se posiciona como um projeto contra-hegemônico, baseado em valores solidários, cooperativos e coletivos, contrastando com a "mercoescola" neoliberal focada em competição e individualismo. A oposição da "Escola Cidadã" aos valores neoliberais da "mercoescola", refletindo a resistência à hegemonia de mercado e a promoção de uma educação que valoriza a cooperação e a solidariedade.

Fonte: Da pesquisa.

A investigação socioantropológica (PAULO, 2022) desempenhou um papel importante na organização do ensino, integrando as experiências das comunidades com o conhecimento científico sistematizado, sendo reconhecida como uma metodologia inspirada na Educação Popular. Nesta direção, a Escola Cidadã também implementou a estruturação do ensino em Ciclos de Formação, respeitando os diferentes estágios de desenvolvimento

dos alunos e incentivando uma aprendizagem contextualizada e relevante para a sua realidade sociocultural. (AZEVEDO, 2020).

A relação Educação Popular e Pesquisa Socioantropológica, no livro “Totalidades de Conhecimento: Currículo em Educação Popular,” exemplifica a prática pedagógica e curricular do SEJA (Serviço de Educação de Jovens e Adultos), práticas de investigação das realidades dos estudantes e suas experiências são fundamentais para a construção de um currículo que reflita suas vivências e necessidades. Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima, a equipe do SEJA realizou uma série de oficinas em que os professores, juntamente com os alunos, exploraram e documentaram a história e as práticas culturais da comunidade local. Essas atividades permitiram que os estudantes se vissem como sujeitos de conhecimento, integrando essas experiências na construção do currículo, que respeita e valoriza os saberes locais. Esta concepção, fundamentada em Paulo Freire, reforça o papel da pesquisa socioantropológica ao respeitar e incorporar os contextos socioculturais dos educandos no processo educativo.

O Caderno 9 da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, cuja apresentação é de autoria de Sofia Cavedon, a então Secretária Municipal de Educação nos permite conhecer os fundamentos do projeto Escola Cidadã. Sua apresentação reflete sobre a necessidade de repensar a organização e a pedagogia no sistema de ensino, especialmente em um contexto de crescente exclusão social e educacional. A discussão centra-se em torno da crítica ao discurso hegemônico na educação, no questionamento da eficiência pedagógica, na necessidade de repensar o modelo organizacional e pedagógico da escola, apontando a importância de considerar as necessidades das classes populares na educação pública. O objetivo, da Escola Cidadã, é formar cidadãos autônomos, críticos e conscientes de seu papel transformador na sociedade. Contrária à educação tradicional e bancária, essa abordagem reconhece o aluno como sujeito participante na aprendizagem.

O currículo, na Escola Cidadã, é estruturado em Ciclos de Formação, respeitando os estágios de desenvolvimento e as realidades socioculturais dos estudantes, permitindo uma aprendizagem contextualizada e valorizando seus saberes e experiências. A participação da comunidade é essencial, promovendo a colaboração entre escola e famílias, fortalecendo a conexão entre conhecimento acadêmico e cotidiano. Metodologias ativas e dialógicas, inspiradas na pedagogia de Paulo Freire, são adotadas para incentivar o diálogo, a

problematização e a participação ativa dos alunos, desenvolvendo competências críticas e reflexivas. O projeto também valoriza a cultura e as tradições locais, incorporando-as no currículo e práticas pedagógicas, o que promove pertencimento e identidade. A avaliação é formativa e processual, contínua e centrada no desenvolvimento integral do aluno, orientando a prática pedagógica para atender suas necessidades e potencialidades, apoiando seu crescimento individual e coletivo. (SMED, 1997; MELLO, 2005).

Cavedon (1998) faz uma observação acerca da tendência de aceitar passivamente os discursos dominantes sobre eficiência e qualidade na educação, que muitas vezes apoiam práticas conservadoras. Apresenta a organização do ensino baseada em Ciclos de Formação, indicando uma busca por alternativas ao modelo educacional tradicional e tecnicista. Em suas palavras, a Secretaria de Educação apresenta sua proposta político-pedagógica, visando qualificar o debate educacional e evitar conclusões precipitadas baseadas em uma compreensão superficial. Nesse sentido, nos desafia a refletir sobre o conceito de eficiência na educação, perguntando “eficiente para quem?” e indicando a necessidade de um sistema que atenda a todos os segmentos da sociedade, especialmente as classes populares.

Nesse viés, destaca a necessidade de revisão dos paradigmas de organização e práticas pedagógicas na educação pública, considerando as mudanças sociopolíticas e culturais.

2.1 Currículo na Escola Cidadã

A “Escola Cidadã” é um conceito inspirado pelo educador brasileiro Paulo Freire, autor de obras influentes como “**Pedagogia do Oprimido**”. Este conceito foi introduzido como parte de um movimento de inovação educacional no Brasil, principalmente na década de 1990. O foco central da Escola Cidadã é a formação de cidadãos ativos, que participam efetivamente e tomam decisões no âmbito escolar e na sociedade.

Na Escola Cidadã de Porto Alegre, a concepção de currículo é vista como um elemento dinâmico e flexível, integrado profundamente com as forças históricas, sociais, políticas e pedagógicas que moldam a educação. Este currículo não se limita à mera transmissão de conhecimento, mas engaja-se ativamente na construção de sujeitos sociais

críticos e transformadores da realidade. Os principais aspectos do currículo da Escola Cidadã incluem (AZEVEDO, 2004; 2007; SMED, 1994; 1997; 1998):

1. **Abordagem Coletiva:** O currículo é visto como uma trajetória construída coletivamente, refletindo as necessidades e experiências da comunidade escolar e da sociedade.
2. **Flexibilidade e dinamismo:** Está sempre aberto a mudanças e adaptações, permitindo uma resposta ágil às mudanças sociais e às demandas da comunidade.
3. **Compromisso Social e clareza Político-Pedagógica:** O currículo expressa uma proposta clara, indicando o compromisso da educação com a transformação social e o desenvolvimento crítico dos alunos.
4. **Interconexão de Saberes:** Enfatiza a relação entre diferentes áreas de conhecimento e a importância de conectar o aprendizado com o contexto social mais amplo.
5. **Educação Popular:** Visa a transformação da realidade social, formando indivíduos críticos, conscientes e capazes de atuar como agentes de mudança, “isso porque Educação Popular é uma concepção teórico-prática libertadora que pode e quisera estar presente na EJA e noutros contextos educacionais.” (PAULO, 2022, p. 24).
6. **Avaliação Integrada:** A avaliação é um componente essencial do processo educativo, utilizado para melhorar e orientar continuamente as práticas pedagógicas.
7. **Currículo Temático Integrado:** Propõe a organização do currículo em torno de complexos temáticos que unem diversas disciplinas, proporcionando uma educação interdisciplinar e contextualizada. Isso é: O embasamento proposto pela Rede Municipal de Porto Alegre entende o Complexo temático, na proposta curricular “como um processo que proporciona o conhecimento, a investigação e a reflexão da realidade”. (GORODICHT; SOUZA, 1999, p.77).
8. **Participação Comunitária:** A inclusão ativa de todos os segmentos da comunidade escolar é importante para o sucesso do currículo. “Dentre as mudanças necessárias, do ponto de vista estrutural, é necessário garantir, efetivamente, uma escola inclusiva enquanto um direito social; e, uma proposta pedagógica com um currículo e prática educativa amparadas na educação democrática.” (PAULO, 2022, p. 101).

9. **Ensino estruturado em Ciclos:** Adapta o currículo às diferentes fases de desenvolvimento dos estudantes, respeitando seus ritmos e características individuais. Pois, a “Escola Cidadã por Ciclos de Formação precisa estar inserida na realidade local, com conhecimento desse contexto e uma práxis coerente e significativa o suficiente para proporcionar aos sujeitos dessa comunidade a sua participação social.” (GORODICH; SOUZA, 1999, p. 76-77).
10. **Conexão com a realidade social:** Aborda temas relevantes para os alunos, promovendo uma educação significativa e diretamente relacionada ao seu contexto sociocultural.

Como vimos, a Escola Cidadã, conforme abordada por diversos sujeitos, reflete um compromisso com a educação integral e emancipatória, buscando romper com a visão tradicional de ensino e enfatizando a importância de um currículo flexível e contextualizado. Azevedo (2004; 2007) destaca que essa abordagem prioriza a formação de cidadãos críticos e conscientes, integrando os conhecimentos acadêmicos às realidades socioculturais dos estudantes e valorizando suas experiências e saberes locais. Freire (1987; 1993) reforça a ideia de uma pedagogia dialógica, onde a participação ativa dos alunos e a problematização são fundamentais para o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas. Além disso, a avaliação na Escola Cidadã é contínua e processual, focada no desenvolvimento integral, como salientam Saul (2007) e Paulo (2022). Ghedini (2017) e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (1994; 1997; 1998) complementam essas perspectivas ao enfatizar a importância da participação da comunidade e da integração das tradições locais no processo educativo, promovendo um sentido de pertencimento e identidade entre os alunos.

A proposta da Escola Cidadã destaca a importância de preparar crianças e jovens não apenas academicamente, mas também como pessoas capazes de transformar a sociedade. A matriz pedagógica enfatiza a democracia, a participação ativa e a tomada de decisões como aspectos essenciais da vida escolar. Na prática, isso significa que alunos, professores e a comunidade escolar devem estar envolvidos em todos os aspectos da gestão e do funcionamento da escola, incluindo o desenvolvimento do currículo e a tomada de decisões.

Além disso, a pesquisa socioantropológica desempenha um papel determinante na Escola Cidadã, aproximando os professores das realidades vividas pela comunidade escolar. Este tipo de pesquisa envolve estudos aprofundados e holísticos sobre o comportamento

social, realizados por meio de trabalhos de campo. Ao compreender melhor as problemáticas e necessidades da comunidade, os professores podem organizar um currículo mais relevante e significativo para os alunos, garantindo que a educação seja verdadeiramente centrada no aluno e em suas realidades.

Portanto, a Escola Cidadã representa uma proposta educacional progressista e transformadora que visa não apenas educar, mas também emancipar e capacitar os alunos para serem agentes ativos de mudança em suas comunidades e na sociedade em geral (SMED, 1994; 1997; 1998).

2.2 Avaliação da aprendizagem a partir da experiência de Porto Alegre

A Escola Cidadã em Porto Alegre adotou uma abordagem de avaliação emancipatória, focada no sucesso contínuo do aprendizado dos estudantes e na superação do modelo tradicional de aprovação/reprovação. Segundo o Caderno 8 da SMED (1997, p. 27), a “Avaliação Emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando sua transformação.” É um processo de avaliação que promove a participação dos estudantes e o acolhimento das suas necessidades curriculares, sem um caráter classificatório e discriminador do e no processo de ensino-aprendizagem, envolvendo avaliação processual, formativa e coletiva visando o sucesso escolar dos estudantes. Esta abordagem valoriza as aprendizagens já adquiridas pelos alunos e busca mobilizar recursos da comunidade escolar para promover um aprendizado contínuo e cooperativo. A estruturação do ensino em Ciclos de Formação é uma estratégia central para combater o fracasso escolar, respeitando e investigando os processos sociocognitivos de cada estudante, garantindo que as dificuldades sejam superadas ao longo do tempo (SMED, 1994; 1997; 1998).

Além disso, a Escola Cidadã se opôs às práticas educacionais excludentes e meritocráticas, típicas dos modelos de mercado, através de políticas de valorização dos educadores, como formação contínua, melhores condições de trabalho e ingresso por concurso público. Foram criadas novas funções e instituições de apoio pedagógico, como professores itinerantes, laboratórios de aprendizagem e salas de recursos, visando garantir a aprendizagem para todos. A escola também enfatizou a arte educação, o ensino de idiomas e

filosofia, além de integrar atividades culturais e tecnológicas. O projeto político-pedagógico da Escola Cidadã buscou uma formação integral, onde a prática social é vista como fonte de conhecimento e a teoria está a serviço de ações transformadoras. (AZEVEDO, 2020).

No Caderno 9 (SMED, 1998), discute-se a avaliação no contexto educacional, propondo uma abordagem processual, contínua, participativa, diagnóstica e investigativa. Essa visão entende a avaliação como um elemento intrínseco ao ato de conhecer, fundamental para diagnosticar o avanço do conhecimento. Ela não é vista como uma medida do desempenho cognitivo do estudante, mas como uma ferramenta para reavaliar e redirecionar a prática pedagógica em toda a escola de forma acolhedora e inclusiva.

A avaliação, segundo a proposta político-pedagógica da Escola Cidadã (SMED, 1998), deve considerar o contexto mais amplo da escola, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar. Isso inclui refletir sobre as questões de "com quem" e "para quem" se avalia, além das tradicionais questões de "o quê", "quando", "como" e "para quê". Essa abordagem busca compreender a avaliação como uma ação humana concreta, inserida e contextualizada no cotidiano da escola. A ênfase é dada à necessidade de vivenciar intensamente o dia a dia escolar e de investigar todo o ambiente educativo. A participação efetiva de todos os segmentos da escola é primordial, estabelecendo um diálogo e impactando a organização do trabalho escolar, a formação de identidades coletivas e uma ética social.

Argumenta-se pela necessidade de uma organização consciente do cotidiano escolar, com princípios claros de aprendizagem em cada ciclo e na escola como um todo. Isso permitiria uma discussão e aprofundamento da prática pedagógica, compreendendo sua direção e contexto social mais amplo. O objetivo é eliminar o caráter subjetivo da avaliação, muitas vezes realizada isoladamente pelo educador, e promover uma co-participação, co-autoria e co-responsabilidade de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. (SMED, 1998).

A ideia é de rompimento de práticas verticais e bancárias, sendo que na versão de Freire:

O professor ainda é um ser superior que ensina a ignorantes. Isso forma uma consciência bancária. O educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita – para despejar nas provas. Mas o curioso é que o arquivado é o próprio homem, que perde assim o seu poder de criar, se faz menos homem, é uma peça. O destino do homem deve ser criar e transformar o mundo, sendo o sujeito de sua ação. (Freire, 2005, p.12)

Avaliação da aprendizagem nesta perspectiva, provoca mudança, desenvolvimento da consciência, a inclusão contrária ao processo de opressão, do pensar a vida e ser livre. Uma prática que se vincula ao diálogo, a ideia do inacabamento, da oportunidade de reflexão e comunicação crítica.

2.3 Avaliação e Currículo e da aprendizagem na perspectiva freiriana

Segundo Saul (2018), Paulo Freire destacou a importância vital da relação entre prática educativa e avaliação. Ele via a avaliação como uma análise crítica do que é feito em educação, enfatizando a necessidade de comparar os resultados obtidos com os objetivos pretendidos e corrigir erros e imprecisões. Para Freire e Shor (1987), a avaliação não só melhora a prática educativa, mas também defende princípios democráticos no processo de ensino e aprendizagem. Ele criticou sistemas de avaliação autoritários e promoveu uma avaliação como ferramenta de libertação e resistência contra métodos silenciadores, especialmente no contexto das políticas neoliberais.

Auler corrobora quando afirma:

Considera-se fundamental superar a concepção de que o tempo presente é tempo de preparação para etapas futuras, para vivências futuras, para exames futuros. A anulação do presente, enquanto espaço-tempo de significação, a não-vivência do presente, com a satisfação sendo jogada para o futuro, gera frustração, desmotivação, culminando com o abandono, com a evasão. (Auler, 2017, p.175).

A concepção de avaliação do autor está em sintonia com Freire, ao alinhar-se com os saberes essenciais para a prática educativa, como a disposição para o diálogo, a criticidade, o respeito aos saberes dos educandos, o saber escutar, a humildade, a tolerância e a crença na possibilidade de mudança. Saul (2007) desenvolveu a ideia de avaliação emancipatória, uma perspectiva crítico-transformadora que introduziu uma nova referência para avaliação escolar mediante (um currículo transformador.

Na obra "A Educação na Cidade", Paulo Freire (1993; 2005) aborda o conceito de currículo de forma ampla, associando-o à política, teoria e prática educacional, tanto dentro quanto fora do espaço escolar. Ele propõe uma visão crítico-transformadora do currículo, diferindo da compreensão tecnicista tradicional. Freire (1993; 1997; 2005) enfatiza a importância da gestão democrática e participativa na construção curricular, defendendo que professores e comunidade escolar sejam os principais agentes na definição do currículo,

respondendo às questões: "Currículo para quê?", "Currículo para quem?" e "Currículo a favor de quem?".

Segundo Saul (2018), embora não tenha utilizado explicitamente o conceito de “currículo” em seus primeiros escritos, Freire já explorava as dimensões fundamentais desse conceito. Paulo Freire também contribuiu significativamente no Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da PUC/SP, influenciando na formação de mestres e doutores, dedicando-se ao desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre educação.

No Brasil, as propostas de Freire influenciaram diferentes níveis, etapas e modalidades de educação, sendo referência para políticas educacionais em Secretarias de Educação como no projeto Escola Cidadã em Porto Alegre. Um exemplo prático foi o movimento de reorientação educacional no município de São Paulo, durante a gestão de Paulo Freire como Secretário de Educação no governo de Luiza Erundina.

2.4 Análises do tema Currículo e Avaliação da Aprendizagem no Projeto Escola Cidadã

A análise do tema "Currículo e Avaliação da Aprendizagem no Projeto Escola Cidadã" no contexto de uma educação neoliberal, com currículo padronizado e avaliação por meritocracia, revela um contraste significativo entre as abordagens educacionais.

O Projeto Escola Cidadã, implementado em Porto Alegre e fundamentado nos princípios da Educação Popular (PAULO, 2022), destaca-se por um currículo e avaliação que se distanciam das abordagens neoliberais. No que se refere ao currículo, a Escola Cidadã adota uma abordagem dialógica e participativa, onde professores, estudantes e a comunidade colaboram na construção do currículo, como evidenciado pelo projeto em que alunos investigaram a história e cultura de suas comunidades, integrando essas descobertas nas disciplinas de história e geografia (SMED, 1997; MELLO, 2005). Essa prática reflete a metodologia de “Totalidades de Conhecimento”, que combina saberes locais com conhecimento acadêmico. Por exemplo, em bairros periféricos, estudantes documentaram o uso de plantas medicinais pela comunidade e integraram essas informações em biologia e ciências da saúde, demonstrando uma integração prática entre o contexto local e o currículo (SMED, 1997). O currículo da Escola Cidadã ajusta-se aos interesses dos estudantes, como visto em projetos de sustentabilidade onde foi desenvolvida em uma escola de periferia ações

ecológicas na escola, alinhando esses projetos ao currículo escolar (BRANDÃO, 2002). No que concerne à avaliação, a Escola Cidadã adota uma abordagem contínua e formativa, envolvendo autoavaliações e avaliações coletivas, como o uso de portfólios e apresentações de problemas sociais para avaliação do aprendizado. Em atividades de grupo, como em matemática, os alunos discutem estratégias e soluções, desenvolvimento das habilidades de interpretação, raciocínio lógico, articulando a matemática ao seu uso social e político (PAULO, 2022). Essa avaliação qualitativa, centrada no desenvolvimento contínuo e de impacto comunitário, contrasta com os testes padronizados e meritocráticos das abordagens neoliberais, enfatizando o impacto real e a relevância social das ações dos alunos (AZEVEDO, 2007). Em síntese, o Projeto Escola Cidadã exemplifica uma prática educacional que valoriza o contexto sociocultural dos alunos e promove uma avaliação processual e colaborativa, alinhada aos princípios freirianos de uma educação transformadora e contextualizada.

O Projeto Escola Cidadã, inspirado nos princípios de Paulo Freire e implementado em Porto Alegre, representa uma abordagem alternativa e progressista em oposição as políticas educacionais neoliberais (AZEVEDO, 2007). Para explicitar essas abordagens apresentaremos um quadro comparativo entre a perspectiva de Paulo Freire e a perspectiva neoliberal em relação ao currículo e à avaliação:

Quadro 2- Comparação das perspectivas de currículo e avaliação entre abordagens freiriana e neoliberal

Aspectos	Perspectiva de Paulo Freire	Perspectiva Neoliberal
Concepção de Currículo	Currículo como prática dialógica e construído coletivamente, integrando saberes acadêmicos, culturais e experiências locais.	Currículo padronizado focado em competências específicas e resultados mensuráveis.
Papel do Educador	Educador como mediador do diálogo e construtor coletivo do conhecimento. Problematiza e incentiva a pesquisa e construção do conhecimento significativo.	Educador como transmissor de conhecimento pré-definido, seguindo diretrizes curriculares rígidas.
Papel do Aluno	Aluno como sujeito ativo, autônomo e crítico na construção do conhecimento, participando ativamente no processo educacional.	Aluno como receptor passivo do conhecimento ou com participação limitada, com ênfase na absorção de informações.
Enfoque do Conteúdo	Enfoque em conteúdos relevantes e contextualizados à realidade dos alunos, voltados para a transformação social.	Enfoque em conteúdos padronizados, muitas vezes desvinculados da realidade e das experiências dos alunos.
Processo de Avaliação	Avaliação processual e contínua, focada no desenvolvimento do aluno e na aprendizagem colaborativa.	Avaliação baseada em testes padronizados, com ênfase em classificações e resultados finais.
Objetivo da Avaliação	Promover uma compreensão crítica da realidade e capacitar os alunos para a transformação social desde uma leitura crítica da realidade.	Medir o desempenho acadêmico e preparar alunos para competir no mercado de trabalho.

Fonte: Elaboração própria das autoras, conforme análise reflexiva advinda da revisão documental e bibliográfica

Este quadro destaca as diferenças fundamentais entre as duas abordagens em termos de currículo e avaliação, evidenciando o contraste entre um projeto pedagógico mais dialógico e transformador e um modelo mais padronizado e orientado para o mercado. Diferentemente do currículo padronizado neoliberal, que frequentemente foca em resultados mensuráveis e competências específicas, o currículo na Escola Cidadã é dinâmico, integrando saberes culturais, sociais e experiências locais (AZEVEDO, 2007). Enquanto o currículo padronizado tende a ser rígido e uniforme, o currículo na Escola Cidadã é adaptável, mudando de acordo com as necessidades e realidades da comunidade escolar. Isso permite uma educação mais relevante e contextualizada, que respeita a diversidade cultural e social.

A participação ativa da comunidade escolar na definição do currículo contrasta com a abordagem da educação neoliberal. Na Escola Cidadã, professores, alunos e a comunidade

têm voz ativa na criação do currículo, promovendo um senso de pertencimento e responsabilidade.

Quanto a abordagem de avaliação na Escola Cidadã, ela foca no desenvolvimento contínuo e no sucesso de todos os alunos, em contraste com a avaliação por meritocracia neoliberal, que muitas vezes prioriza a competição e os resultados de testes padronizados. Em oposição à ênfase em resultados finais e classificações, a Escola Cidadã valoriza a progressão contínua do aprendizado, aonde a avaliação é vista como um processo integrado ao ensino, e não como um fim em si mesmo.

A responsabilidade pela aprendizagem e avaliação é compartilhada entre alunos, educadores e a comunidade, promovendo uma cultura de cooperação e apoio mútuo, ao invés da competição individualista.

Assim, segundo Ghedini:

É, portanto, no âmago da dura experiência de povo pobre, analfabeto e trabalhador expropriado que a proposta de Educação Popular iniciada em momentos históricos anteriores mistura-se às lutas e reproduz-se com uma ética e um projeto educativo próximo dos sujeitos, da sua cultura, de seus modos de ser e se expressar, e não apenas em formulações teóricas que se contrapõem ao projeto nacional hegemônico. Estas movimentações agregam-se e suas sínteses expressam-se na História como propostas de Educação Popular. (Ghedini, 2017, p.58-59)

Em síntese, o Projeto Escola Cidadã oferece uma abordagem educacional que é profundamente relevante em um momento em que a educação neoliberal e os currículos padronizados dominam. Ele desafia as normas estabelecidas, enfatizando a importância da contextualização, da participação comunitária e da equidade na educação. Esta perspectiva de escola oferece uma visão alternativa e esperançosa, demonstrando que é possível uma educação que não apenas ensina, mas também transforma, capacitando os alunos a serem agentes de mudança em suas comunidades.

A Escola Cidadã é uma experiência de que é possível mudar e de que a educação deve transcender a mera aquisição de conhecimento e habilidades técnicas, focando no desenvolvimento integral dos alunos como cidadãos conscientes e participativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIMITES E POTENCIALIDADES DA ESCOLA CIDADÃ DE PORTO ALEGRE

O Projeto Escola Cidadã de Porto Alegre emerge como um paradigma educacional inovador e transformador, claramente contrastante com as tendências neoliberais predominantes no cenário educacional. Segundo os dados empíricos, registrados em Mello (2005) e SMED (1997;1998), construir o conhecimento de forma interdisciplinar, promovendo a socialização dos saberes e superando rupturas entre as diferentes áreas, percebendo o aluno de maneira global, e buscando e implementando alternativas que rompam com a estrutura educacional atual.

Inspirado nos ideais de Paulo Freire, o projeto reconfigura a concepção de currículo e avaliação, alinhando-os com uma visão crítica e democrática da educação. Enfatiza a co-construção do conhecimento, a participação comunitária ativa, e um processo de avaliação emancipatório, que transcende a mera mensuração de desempenho para se tornar um instrumento de reflexão e aprimoramento contínuos. Esta abordagem política, crítica e emancipatória, conhecida como Educação Popular, não só capacita os alunos como agentes de mudança social, mas também reafirma a educação como um campo de resistência e emancipação. A Educação Popular, em conformidade com Carrillo Torres (2024), se caracteriza por uma leitura crítica da ordem social e do papel funcional da educação, uma opção ética-política comprometida com a transformação, a formação de setores populares como sujeitos transformadores através de processos associativos e lutas, metodologias baseadas no diálogo e na construção coletiva do conhecimento, e a busca por afetar a subjetividade dos educandos em termos de consciência, cultura e sentidos. E, por Educação Popular compreendemos:

Daí que na Educação Popular freiriana nos importa colocar como ponto essencial a capacidade de ler criticamente, interpretar e refletir acerca do nosso mundo para transformá-lo, ou seja, estamos falando de uma educação conscientizadora. Na pedagogia da Educação Popular a práxis só tem sentido se nosso ponto de partida for uma proposta de educação participativa e criativa, considerando o contexto dos estudantes. (PAULO, 2022, p. 16).

O Projeto Escola Cidadã, portanto, não apenas desafia as práticas educativas dominantes, mas também oferece uma rota esperançosa e viável para uma educação verdadeiramente inclusiva, relevante e transformadora. Diante da nossa análise,

identificamos alguns limites, os quais são: 1) A implementação de um projeto educacional como a Escola Cidadã enfrenta desafios estruturais, como a resistência de paradigmas educacionais tradicionais e políticas neoliberais que enfatizam a padronização e a eficiência em detrimento da educação transformadora. 2) A falta de continuidade de projetos progressistas e alternativos na troca de governos. Igualmente, poucos recursos financeiros e suporte contínuo para o sucesso do projeto, especialmente em contextos de restrições orçamentárias e mudanças políticas. 3) A necessidade de uma formação docente continuada e profunda alinhada com os princípios da Educação Popular, apresentando projetos como a Escola Cidadã e a diversidade de abordagens pedagógicas existentes. 4) Manter o currículo dinâmico, contextualizado e flexível pode ser desafiador diante de pressões externas por padronização e resultados imediatos. 5) A efetiva participação comunitária exige um envolvimento constante, que pode ser dificultado por diversas barreiras, como desigualdades socioeconômicas e culturais.

Relacionado as potencialidades do Projeto Escola Cidadã pontuamos: 1) O projeto oferece uma visão de educação como prática de liberdade, capaz de transformar não apenas as pessoas, mas também as comunidades e a sociedade. 2) Prioriza o desenvolvimento integral dos alunos, não se limitando ao cognitivo, mas abrangendo aspectos sociais, emocionais e culturais. 3) Fomenta o engajamento ativo dos estudantes na sociedade, desenvolvendo sua consciência crítica e capacidade de atuar como cidadãos responsáveis e informados. 4) A abordagem curricular interdisciplinar e flexível permite uma educação mais relevante e adaptada às necessidades dos alunos, promovendo uma aprendizagem significativa. 5) A gestão democrática e a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do currículo e nas decisões educacionais fortalecem o sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva.

Assim, o projeto Escola Cidadã de Porto Alegre, inspirado nos princípios de Paulo Freire, representa um paradigma educacional alternativo e progressista que desafia as normativas neoliberais.. Ele ressalta a importância da contextualização, participação comunitária, desenvolvimento integral do aluno, e uma abordagem crítica e reflexiva da educação. Este modelo pedagógico com base na Educação Popular é uma possibilidade possível, mesmo cientes de que mudar é difícil, mas necessário, sobretudo se apostamos que

a função política, pedagógica e social da escola é formar agentes de mudança em suas comunidades e na sociedade.

REFERÊNCIAS

AULER, Décio. *Articulação entre pressupostos do educador Paulo Freire e do movimento CTS: novos caminhos para a educação em ciências*. Revista Contexto & Educação, nº 22(77), 167-188. Jan-jun-2007.

AZEVEDO, Jose Clovis de. *Escola Cidadã: desafios diálogos e travessias*. 2 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2004.

AZEVEDO, Jose Clovis de. *Reconversão cultural da escola: mercoescola e escola cidadã*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

AZEVEDO, Jose Clovis de. *Escola cidadã: uma experiência contra-hegemônica*. *Crítica Educativa*, Sorocaba, v. 6, p. 01-17, 2020. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Educação Popular na escola cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARRILLO, Alfonso Torres. *Educação Popular: trajetória e atualidade*. 1. ed. (português). Porto Alegre: Livrologia, 2024.

CAVEDON, Sofia. *Apresentação*. In.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação. *Ciclos de formação: proposta político-pedagógica da escola cidadã*. 3. ed. Porto Alegre, 1998. (Cadernos pedagógicos, 9). Organização e produção textual de Silvio Rocha.

CAPRILES, René. *Makarenko: o nascimento da pedagogia socialista*. São Paulo: Scipione, 1989.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia – o cotidiano do professor*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GHEDINI, Cecília Maria. *Educação Popular e Referências Formativas: Elos Que Enraízam o Projeto Educativo da Educação do Campo no Brasil*. Revista Contexto & Educação, nº 101(32), Jan-abril, p.52-80, 2017.

GORODICHT, Clarice; DE SOUZA, Maria do Carmo. *Complexo Temático*. In.: AZEVEDO, José Clóvis de. *Escola Cidadã: Teoria e Prática*. Vozes, Petrópolis, 1999.

MELLO, Marcos. *Pesquisa Participante e Educação Popular: Da Intenção ao Gesto*. Porto Alegre: Ísis Editora, 2005.

PAULO, Fernanda dos Santos. *Educação de jovens e adultos e a educação popular: contribuições para formação docente*. Chapecó: Livrologia, 2022.

PISTRAK, Moisey Mikhailovich. *Fundamentos da escola do Trabalho: uma pedagogia social*. São Paulo: Expressão Popular, 2000. (Tradução de Daniel Aarão Filho).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Caderno pedagógico 9*. Porto Alegre: SMED, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Totalidades de Conhecimento: Currículo em Educação Popular (*Caderno pedagógico 8*). Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação. *Ciclos de formação: proposta político-pedagógica da escola cidadã*. 3. ed. Porto Alegre, 1998. (Cadernos pedagógicos, 9). Organização e produção textual de Silvio Rocha.

SAUL, Ana Maria. *Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SAUL, Ana Maria. *Avaliação*. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 4. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SAUL, Ana Maria. *Currículo*. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 4. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

Autora correspondente:

Dilva Bertoldi Benvenuto

Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc

R. Oiapoc, 211 - Agostini, São Miguel do Oeste/SC, Brasil. CEP 89900-000

dilva.benvenuto@unoesc.edu.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença Creative Commons.

